

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

Janary, “o nosso governador”: a relação dos Marabaixeiros com o governo territorial (1944-1956)

SÂNDALA CRISTINA DA SOLEDADE MACHADO*

Este título remete a um dos versos do ladrão mais conhecido e tocado nas rodas de Marabaixo: *Aonde tu vai rapaz*, de Raimundo Ladislau. Um dos trechos deste ladrão refere-se ao dia primeiro de Junho, data do aniversário do governador Janary Nunes, e ao tratamento dado ao representante político pelos marabaixeiros. Além disso, a cantiga retrata um dos episódios mais marcantes da comunidade negra de Macapá, o remanejamento das famílias do centro histórico da cidade para *os campos do Laguinho* e para a Favela.

A chegada de Janary Gentil Nunes à Macapá, no ano de 1944, provocou uma série de transformações sociais, econômicas, políticas e urbanas, que o fizeram ser reconhecido como o “criador do Amapá”¹ (NUNES, 2012: p. 25-18). Nota-se que durante a sua gestão como governador, houve uma relação estreita com os marabaixeiros, principalmente, com o Mestre Julião Thomaz Ramos. Nesse sentido, objetivamos analisar neste texto, como era estabelecida a relação entre o Estado e os praticantes do Marabaixo, durante o governo de Janary Gentil Nunes (1944-1956), e as mudanças ocorridas na manifestação durante este momento político.

A criação dos Territórios Federais² pelo Decreto-Lei nº5.812 de 13 de setembro de 1943, teve como justificativa a defesa da soberania do Brasil sobre regiões fronteiriças e estratégicas (SANTOS, 1998: p.25), pois, para o governo federal, estas se encontravam em abandono e vazio demográfico. Fernando Rodrigues dos Santos (1998: p. 19-22) afirma que desde o início da República já existiam manifestações que propunham a criação de Territórios Federais e a redivisão política do país. Entretanto, somente com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder que as preocupações pela reafirmação da soberania brasileira sobre áreas devolutas e limítrofes se efetivaram.

* Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Amapá.

¹ Na coletânea de textos organizada por Janary Nunes, João Malato escreve um texto com o título *O Amapá e o seu criador*. Percebe-se nitidamente que a tentativa do autor era de exaltar a figura de Janary como o responsável por “emprestar ao seu esforço persistente, para recuperar, para o Brasil e para o mundo, a área mais sofrida e abandonada que poderia existir em qualquer continente inóspito e perdido”, o que para ele, fez com que Janary Nunes fosse o criador do Amapá. Entretanto, essas afirmações visaram buscar apoio para a candidatura de Janary Nunes a deputado federal em 1962.

² Foram criados os Territórios Federais de Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã, Iguazu e do Amapá.

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

2

Após a criação dos Territórios Federais, Getúlio Vargas discursa no território de Ponta Porã, em 25 de Janeiro de 1944, revelando os motivos da criação e os propósitos desses territórios:

O escasso povoamento de algumas regiões fronteiriças representa, de longo tempo, motivo de preocupação para os brasileiros. Daí a idéia de transformá-las em Territórios Nacionais, sob a direta administração do Governo Federal. Era essa uma antiga aspiração política de evidente alcance patriótico, principalmente pelos militares que possuem aguda sensibilidade em reação aos assuntos capazes de afetar a integridade da Pátria e o sentido mais objetivo dos problemas atinentes à defesa nacional. (VARGAS, 1944: p.270)

Percebe-se claramente no discurso de Vargas, a preocupação com o povoamento das regiões fronteiriças, a integridade da Pátria e a defesa nacional. Maura Leal (2007), em *A (onto)gênese da nação nas margens do Território Nacional: “o projeto janarista territorial para o Amapá (1943-1956)”*, expõe que o isolamento dos espaços fronteiriços, destacado por Vargas, não era somente de ordem geográfica, mas, sobretudo, de ordem econômica e cultural e, por isso, precisava ser superado para a efetivação da integração nacional.

Desde o início da República, manifestações em favor da autonomia foram realizadas. No ano de 1920, a população de Macapá, insatisfeita com o governo paraense, apresenta um documento ao presidente da república, relatando o esquecimento e abandono da região pelos dirigentes públicos, e expõem seu desejo em transformá-la em Território Federal (LEAL, 2007: p. 76-77). Essa expectativa se concretizou em 1943, com o decreto que estabeleceu a criação dos Territórios Federais. Contudo, era necessário escolher um representante político para efetivar as diretrizes do estado varguista para os territórios.

A disputa pelo cargo era entre os capitães Janary Gentil Nunes e Emanuel de Almeida Moraes, entretanto, para o governo federal era preciso um “homem de pulso, de visão, de ilimitados propósitos de trabalho, que possuísse o espírito de sertanista” (REIS, 1949: p.124), e o nome escolhido foi o de Janary Gentil Nunes³, que exerceu sua função durante doze anos (1944-1956).

Seu programa de governo baseava-se no plano de organização e desenvolvimento dos territórios, relatado por Vargas em Ponta Porã, *sanear, educar, povoar*:

³ Janary Gentil Nunes nasceu em 1912 no município de Alenquer (PA). Foi redator e diretor da Revista da Escola Militar do Pará. No ano de 1934 foi nomeado aspirante oficial, e mais tarde promovido a Segundo Tenente, Capitão e Major, servindo no 26º BC em Belém. Comandou o Pelotão de Fuzileiros do Oiapoque, experiência esta, que favoreceu sua escolha para governar o Amapá. No momento da nomeação comandava a 1º Companhia Independente de Metralhadoras Antiaéreas, em Belém.

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

3

SANEAR- criar centros puericultura e de educação sanitária; orientar e acudir realmente, por uma assistência social desvelada e completa, aos núcleos esparsos de população.

EDUCAR- criar escolas, não só para alfabetizar, como para despertar o interesse pelo trabalho da terra, estabelecendo o ensino profissional necessário à aprendizagem das pequenas indústrias e do artesanato; enfim, valorizar o esforço dos habitantes dessas regiões, tornando-o remunerativo e formando cidadãos conscientes dos seus direitos e dos seus deveres para com a Pátria.

POVOAR- colonizar, distribuir a brasileiros as terras ainda incultas, de modo a gerar núcleos compactos e ativos que seja sentinelas avançadas da Nação; construindo estradas de ferro e rodagem, estabelecendo linhas aéreas de transporte, telégrafos e telefones, teremos ligado regiões quase isoladas aos centros de produção e cultura do litoral e do centro, facilitando, assim, o intercâmbio de todos os produtos nacionais. (VARGAS, 1944: p. 270)

Sidney Lobato (2009) afirma que o projeto janarista não tinha como objetivo responder as demandas internas da sociedade amapaense, afinal, sua meta era reorganizar a vida em novos valores e hábitos. Isto é, o programa de governo de Janary Nunes correspondia com os anseios do Executivo Federal. Todavia, essas diretrizes se esbarravam com o modo de vida da população local. Porém, o autor argumenta que isso não quer dizer que a política janarista não procurava solucionar problemas locais efetivos, ou que contrariasse radicalmente as expectativas dos amapaenses.

Com o programa de governo estabelecido, Janary Nunes realizou várias obras na cidade que ajudaram a reforçar sua imagem de criador do Amapá. As escolas, casas, hospitais “eram signos da presença efetiva do governo na vida regular dos populares” (LOBATO, 2009: p. 63). Por isso, até os dias atuais, a administração de Janary Nunes é considerada um marco para a História do Amapá.

O canteiro de obra feito no Território Federal do Amapá era exaltado por todos que passavam por aqui e, por isso, propagavam a visão de que Janary Nunes trouxe o progresso e desenvolvimento para uma região abandonada. Em uma entrevista ao jornal *Folha Norte*, o diretor do programa do Amazonas relata sua impressão de Macapá:

Macapá apresenta de logo, ao visitante, uma patente demonstração da capacidade administrativa e larga visão com que o capitão Janary Nunes vem dirigindo aquela unidade da Federação. No período de pouco mais de dozes meses de sua administração, teve aquele ilustre militar a faculdade de transformar o aspecto geral da terra. São construções que se levantam em todos os lados da cidade de Macapá. Um hotel quase construído, dentro das exigências de sua finalidade. Os serviços de água e esgoto, já em andamento. Um Grupo Escolar Modelo a ser em breve inaugurado. (NUNES, 2012: p. 262)

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

4

No âmbito local, essa visão era propagada pelo jornal *Amapá*, um periódico que contribuía na difusão das ações do governo. O conteúdo do jornal era repleto de publicações que relatavam atividades do poder executivo como: construções, decretos, viagens do governador e comemorações cívicas que visavam esse objetivo. Além disso, diversos artigos eram escritos exaltando a imagem de Janary Nunes:

O govêrno do Território está entregue ao Capitão Janary Gentil Nunes. Ésse brasileiro, ainda muito moço, tem mostrado quanto pôde fazer um patriota que ama e se orgulha de sua pátria[...] O Capitão Janary é um homem de trato simples. Sua personalidade logo se afirma como forte e decidida, infundindo confiança ao observador. (MEDEIROS, Floriano. *AMAPÁ*. 3 de Fev. 1946)

Por fim, Floriano Medeiros afirma: “o Amapá deve o seu progresso a um administrador que trabalha e se preocupa com o soerguimento da terra que orienta e conduz”. Vale destacar também, que a hegemonia janarista não se deve apenas as suas ações e propagandas, mas ao apoio de líderes locais. No primeiro ano de seu governo, Janary Nunes se aliou com alguns coronéis locais, e os fez seus partidários com o objetivo de conquistar a população que estava sob seus domínios. Entre seus aliados estavam os coronéis Arlindo Eduardo Corrêa, Júlio Benício Pontes da região do Jari, e o coronel José Júlio de Andrade e Silva, que tinha em seus domínios territoriais, uma região do estado do Pará. (SANTOS, 1998: p. 34-35)

Assim como aconteceu com os coronéis locais, os comerciantes e dirigentes das festas religiosas foram prestigiados pelo governador. Julião Thomaz Ramos⁴, líder da comunidade negra que habitava no centro histórico da cidade de Macapá⁵, foi um dos representantes locais que se tornaram aliados de Janary Nunes. Essa união era imprescindível para os objetivos políticos do governador, que era de remanejar essas famílias para outro lugar, e construir residências para os funcionários públicos. Nesse momento, percebe-se uma primeira relação entre os Marabaixeiros e o poder estatal.

⁴ Julião Thomaz Ramos nasceu em 1890, e se tornou líder da comunidade negra de Macapá e representante do Marabaixo. Era casado com Januária Simplicio Ramos da comunidade do Curiáu, e teve seis filhos: Felícia Amália Ramos, Alípio de Assunção Ramos, Apolinário Libório Ramos, Benedita Guilhermina Ramos e Joaquim Miguel Ramos, Benedita Guilhermina Ramos, a Tia Biló, é a única filha viva do Mestre Julião. Mesmo com problemas de saúde continua a participar das festividades em Louvor ao Divino Espírito Santo e Santíssima Trindade na sua casa no Laguinho.

⁵ Esta área da cidade era conhecida como a vila de Santa Engrácia, Largo de São João e Praça de Cima. Hoje este espaço compreende a área que fica a residência do Governador, a Ordem dos Advogados do Brasil.

CAMPOS DO LAGUINHO: o remanejamento da comunidade negra

Com o plano de governo baseado no tripé: *sanear, educar e povoar*, o governador Janary Nunes inicia o processo de alianças com lideranças locais para efetivar seu objetivo e de consolidar seu poder. Um dos seus projetos era urbanizar o centro histórico da cidade para abrigar os altos e médios funcionários do novo território. Para isso, era necessário retirar a comunidade negra residente na vila de Santa Engrácia, Largo de São João e Praça de Cima que ficava nesta região. Nesse sentido, a aliança com o líder comunitário era essencial para a efetivação do seu projeto.

Para Fenando Canto (1998), a tática usada por Janary Nunes para o remanejamento das famílias era de entendimento e conciliação. Ou seja, o governador distribuía empregos usava “de cordialidade para com as famílias tradicionais e os chefes das festas populares” (CANTO, 1998: p.28). Essa iniciativa era de fundamental importância para que o governador urbanizasse Macapá. Entretanto, o autor destaca que o traslado aconteceu de formas “*pacífica*”, devido, a intervenção de Julião Thomaz Ramos.

Esse momento de *consenso* entre os governantes e os governados que Antônio Gramsci chama de momento da hegemonia. Isto é, a partir da emergência da sociedade civil, o Estado aparece dotado de uma nova e importante dimensão, a dimensão do consenso e da legitimidade. Afinal, não é mais possível governar sem o apoio dos governados. (COUTINHO, 1994:139)

O remanejamento das famílias residentes na frente da cidade está presente até hoje na memória dos transferidos e de seus descendentes. Josefa Lina da Silva⁶ ao lembrar do momento de transferência afirma que:

*assim que o Janary chegou, nós passemos pra cá. Porque a nossa casa, a minha casa e a dos outros que vieram aqui pro Laguinho era próximo da Igreja São José, a primeira igreja [...] ele nos botou de lá pra cá, porque as casa era tudo assim como é a minha, não era ‘bagalô’ como ele queria. Ai ele trocou, pra aumentar, e aumentou a cidade.*⁷(INFORMAÇÃO VERBAL)

Percebe-se na fala de Dona Josefa que as casas e as famílias que habitavam no centro histórico de Macapá, eram um obstáculo para o projeto progressista de Janary, ou, como

⁶ Josefa Lina da Silva, mais conhecida como Tia Zefa do Quinca, tem 97 anos e reside no bairro do Laguinho a quase 60 anos. Tia Zefa dança, canta e compõe ladrão de Marabaixo

⁷ Josefa Lina da Silva. *Entrevista realizada no dia 27 de Julho de 2013.*

afirma Alexsara Maciel, “não era nada interessante manter a população negra na frente da cidade, que atualmente é o cartão de visita de Macapá” (MACIEL, 2001: p. 28). Álvaro da Cunha e João Neves fazem um comentário no jornal *Amapá* que mostra uma visão pejorativa das casas que já existiam na frente da cidade:

ainda em 1945, quando foi evada a efeito o plano de urbanização da cidade, iniciado com a desapropriação das casas de pixiúba que enfejavam a rua da frente da cidade de Macapá, os herdeiros das tradições do Marabaixo encontravam motivo de inspiração nesse fato que para eles parecia então verdadeira tragédia social, mas terminou contribuindo para elevação do nível de vida comum. (CUNHA, Álvaro; NEVES, João. *AMAPÁ*. 01 de nov. 1952)

Para os autores, as casas que existiam na rua da frente da cidade enfejavam a paisagem de Macapá. O comentário dos autores demonstra que eles corroboraram com o remanejamento da população que habitavam no centro histórico de Macapá, pois além de adjetivarem como “casas de pixiúbas que enfejavam a rua da frente da cidade”, declararam que este foi um fato de inspiração para os marabaixeiros, e que terminou sendo um acontecimento que melhorou a vida da comunidade negra.

Para convencer os moradores do Largo São João, Praça de Cima e Santa Engrácia, o governador Janary Nunes prometeu indenizar e reinstalar as famílias em novos bairros de acordo com o chefe de cada família (OLIVEIRA, 2012: p.86). Vale ressaltar que, apesar da mediação de Julião Thomaz Ramos e Gertrudes Saturnino, a transferência das famílias para o bairro do Laguinho e Favela causou indignação e insatisfação entre a população negra, como vemos nos versos de *Aonde tu vais Rapaz*:

*Estava na minha casa
Conversando com os meus companheiros
Não tenho pena da Terra
Só tenho do Meu Coqueiro.*

*Não sei o que tem o Bruno
Que anda falando só
Será possível Meu Deus
Que de mim não tenha dó.*

A comunidade negra que habitava na frente da cidade de Macapá compartilhava sua fé, alegria e solidariedade nas festas de Marabaixo da casa do Mestre Julião. Todos se reuniam em um só lugar para louvar o Divino Espírito Santo e a Santíssima Trindade. Como não havia uma proximidade com o Poder Público, as roupas e iguarias eram ofertadas pelos próprios fiéis, como relata a dona Josefa:

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

7

Mas, o Marabaixo naquele tempo da minha mãe, quando eu conheci, não tinha ajuda de governador, era nós mesmo que se ajudava, comprava nossa roupa, comprava o nosso calçado pra dançar, a nossa toalha. Não tinha esse negocio de come, come como é agora, tem que ter a comida né? Nós, cada um ia comer nas suas casas. Depois que o governo começou a ajudar.

Essa vida em comunidade se fragmenta após a chegada de Janary Nunes ao novo Território Federal. Alguns acompanharam a Dona Gertrudes Saturnino para Favela e outros acompanharam o Mestre Julião Ramos para o Laguinho. Como esta investigação visa compreender a relação entre o Estado e o Marabaixo do Laguinho, será analisada somente a transferência dessa população para o Laguinho.

Segundo os relatos dos depoentes, o Laguinho era uma área com muita roça, e um lago onde as mulheres lavavam as roupas. Por isso, grande parte da população negra decidiu se transferir para este lugar, mesmo que este fosse um espaço sem infraestrutura urbana para recebê-los. Nesse sentido, Sidney Lobato (2013) afirma que os primeiros moradores do Laguinho se viram excluídos dos benefícios de urbanização do Amapá Território. Mas nos dias atuais, o bairro do Laguinho é considerado um bairro com posição privilegiada, por estar próximo do centro da cidade, além de ser um território negro com expressivas manifestações culturais de matriz africana.

Como mencionado anteriormente, o remanejamento para o bairro do Laguinho teve como mediador o Mestre Julião. Este tocador de caixa de Marabaixo é considerado até hoje como um grande defensor da preservação da festa do Marabaixo em Macapá. Para Sidney Lobato (2013: p.79), esse papel de Julião Ramos nas festas de Marabaixo, fez com Janary o reconhecesse como leal colaborador desde o início de seu governo. Além disso, ele afirma que a mediação de Julião Ramos entre governo e comunidade foi fundamental para o consentimento desta em relação às mudanças que ocorriam. Entretanto, o autor destaca que não se tratava de uma negociação de iguais, em termos de poder. E por isso, o reconhecimento desta desproporção de forças figurou entre os fatores de aceitação das ordens de Janary.

A relação de Mestre Julião Ramos com o governador Janary Nunes, fez com que sua representatividade fosse noticiada no jornal *Amapá* em homenagem ao dia de seu aniversário no ano de 1950, pelo poeta Álvaro da Cunha:

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

8

Se lhe perguntamos, caro leitor: Você conhece Julião Thomaz Ramos? A sua resposta certamente será firme e repentina: “Conheço, é o maioral do Marabaixo”. Sim, é aquela figura popular que muita gente só recorda porque dança e toca o batuque ritmado que ouvimos em noites de lua, ou em noites de trevas quando há festa no Laguinho. Mas Julião Thomaz Ramos, ou simplesmente o velho Julião, não é apenas o “mestre” do Marabaixo. Tem ele um passado que é mais que uma coletânea de bons serviços prestados a sua terra [...] O velho Julião cansou na luta pelo engrandecimento da sua terra, pela imortalidade do nome de sua família. Por isso, é respeitado. Sua figura impõe confiança, porque representa caráter. Com esse passado de lutas intensas, Julião Thomaz Ramos continua a pugnar pelo seu ideal. (CUNHA, Álvaro. AMAPÁ. 14 de Jan. 1950)

A tentativa de Álvaro Cunha no texto em homenagem ao Julião Ramos não é somente de exaltá-lo como o “maioral” do Marabaixo, mas de engrandecê-lo por suas contribuições ao governo territorial. Quando o autor afirma: “um passado que é mais uma coletânea de bons serviços prestados a sua terra”, infere-se que estes serviços são os prestados ao governador e seu projeto de expansão e urbanização da cidade. Por isso, nada mais apropriado do que relatar o papel de Julião no jornal do governo.

Após as palavras de homenagem ao mestre Julião, Álvaro Cunha apresenta uma poesia intitulada *Laguinho* que relata as peculiaridades do bairro e parabeniza o morador mais conhecido, o “Velho Julião”:

*Nas festas dêste bairro hospitaleiro
Pontifica uma figura de um velhinho chamado Julião.
Se você não conhece, companheiro,
As belezas nativas do Laguinho,
Não falta ocasião.
[...]*

*Dou-te Laguinho, um éstro solidário
Para exaltar contigo o aniversário de Mestre Julião
Não tinha nada a mais para oferta-te
Daí estes versos pobre e sem arte, porém, de coração.*

*Faço votos que um dia venha abaixo
êsse escrúpulo de cérebros tabus
que se eternizem os ritmos bantus
pela consagração do Marabaixo. (CUNHA, Álvaro. AMAPÁ. 14 de Jan. 1950)*

Por fim, a relação de Julião Thomaz Ramos e Janary Nunes provocou descontentamento em alguns antigos moradores do Laguinho, pois o objetivo do então governador era ganhar apoio para as eleições e realizar seu projeto “progressista” para a região, sem levar em consideração os interesses da população local. Sabe-se, também que a

relação do governo territorial com os principais líderes negros provocou a fragmentação da comunidade negra e, conseqüentemente, a primeira divisão da festa do ciclo do Marabaixo entre o Marabaixo do Laguinho e o Marabaixo da Favela. Além disso, o remanejamento “promoveu gradativamente o desaparecimento e adaptação para a nova realidade, dos aspectos dos rituais”. (CANTO, 1998: p.30)

Entretanto, a relação do Marabaixo do Laguinho com o Estado durante o governo Janary não se resume apenas nas negociações com o mestre Julião para o remanejamento. Mas outras ações foram efetuadas ou propostas pelo governador com o objetivo de atrair essa comunidade.

JANARY E MARABAIXO: a cultura oficializada

A relação entre cultura e Estado tem despertado o interesse de pesquisadores para investigação e interpretação. Os estudos históricos sobre esta relação visam elucidar as ações do Estado sobre as manifestações, tradições, e saberes populares, e as implicações dessas intervenções.

Para discutir essa relação, será adotado o conceito de Estado definido por Antônio Gramsci. O autor toma como base a concepção de Marx e Engels⁸, para estabelecer um sentido mais amplo para este conceito. Para o autor, o Estado é formado por duas esferas: a *sociedade política*, que é o conjunto de aparelhos pelo qual a classe dominante detém e exerce o monopólio legal ou de fato da violência; e a *sociedade civil*, definida como um conjunto de instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como a difusão de ideologias e valores simbólicos. A junção dessas duas esferas é a “hegemonia escudada pela coerção”. (COUTINHO, 1994: p.53-54)

Apresentaremos algumas proposições de autores que, como Antonio Gramsci, estudaram a relação entre cultura e Estado. A filósofa Marilena Chauí, no texto *Cidadania cultural o direito à cultura*⁹, apresenta uma análise dos problemas relacionados a “cultura democrática”, que estão presentes na relação entre cultura e Estado, cultura e mercado, cultura e criadores. No que tange o tratamento dado à cultura, a autora afirma que a ação do Estado é antidemocrática, ou seja, ele “tradicionalmente, procura capturar toda a criação social da

⁸ Para esses autores o Estado seria uma espécie de “comitê executivo” da classe dominante, que despolitiza a sociedade civil e se vale da coerção para exercer suas funções.

⁹ Os textos apresentados nesta obra foram apresentados em conferências e escritos produzidos em ocasiões diversas.

cultura sob o pretexto de ampliar o campo cultural público, transformando a criação social em cultura oficial, para fazê-la operar como doutrina e irradiá-la para toda sociedade”. (CHAUÍ, 2006: p.134)

Ângela de Castro Gomes e Hebe Matos (1998) fizeram uma análise da releitura Estado-novista da História do Brasil, que se manifesta, principalmente, na revista *Cultura e Política* e nas transmissões radiofônicas semanais do Ministério do Trabalho. Elas asseveram que no período Estado-novista houve uma série de iniciativas governamentais no campo das políticas culturais, que objetivavam legitimar não só os arranjos institucionais do regime, mas a figura do seu chefe, Getúlio Vargas. Uma das iniciativas destinou-se a uma revalorização do passado brasileiro, das características e sentido de nossa formação nacional.

Através das informações apresentadas pelo jornal *Amapá*, buscou-se identificar as ações ou propostas do poder público em relação ao Marabaixo. Percebeu-se que a relação do Estado e cultura no Amapá no período Janary Nunes pode ser compreendida à luz das ideias de Marilena Chauí, para quem a atuação do Estado é no campo cultural, via de regra, antidemocrática. Ele (o Estado) captura a criação social, para oficializá-la, e irradiá-la para toda a sociedade.

Segundo Maura Leal (2007: p.130), na administração de Janary Nunes as festas tradicionais da cidade, como o Marabaixo, passaram a integrar o calendário cívico do governo. Para ela, a valorização da cultura local pelo poder público, principalmente das festas religiosas, era um caminho de aproximação da população amapaense.

Os artigos do jornal *Amapá*, utilizados nessa pesquisa, e que tinham em seu conteúdo informações sobre o Marabaixo, demonstram uma atenção maior a esta manifestação a partir do ano de 1949. No dia 7 de maio do referido ano, foi noticiado que o acordeonista Luiz Gonzaga realizou um show na cidade de Macapá decorrente da turnê que estava realizando pelo Brasil. (*AMAPÁ*. 07 de maio, 1949). Este famoso cantor de música regional nordestina, teve uma relação próxima com o governo territorial e os marabaixeiros. Durante esta viagem, o sanfoneiro esteve no bairro do Laguinho e assistiu uma apresentação de Marabaixo.

Neste período, Luiz Gonzaga ganhou destaque a nível nacional com o estilo regional nordestino conhecido como o “baião”. Um fator favorável ao futuro proeminente de Gonzaga foi o incentivo do Estado e o apoio dos intelectuais do país, pois sua música era representativa para a nacionalização da música brasileira (COSTA, 2012: p.135-146). Com isso, o cantor

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

11

passou a fazer parte da Rádio Nacional, que era um instrumento vital do Estado Novo para integração nacional, pois tinha o papel de irradiar as músicas regionais para todo o Brasil.

Com esse destaque a nível nacional, Luiz Gonzaga gravou o ladrão de Marabaixo *Aonde tu vai rapaz*, conhecida por ele durante a sua visita ao bairro do Laguinto, e compôs, juntamente com o advogado Humberto Teixeira, a música chamada *Macapá*, em homenagem ao capitão Janary Nunes, que foi lançada na Rádio Nacional (*AMAPÁ*. 25 de Junho de 1949). Percebe-se a partir de um outro artigo no jornal *Amapá*, que o objetivo do governo em apoiar a gravação dessas músicas era oficializar o Marabaixo como música popular amapaense: “vocês devem divulgar êsse disco, como fez o Rio com o “Cidade Maravilhosa”. Espécie do canto oficializado pelo povo, em homenagem a cidade de Macapá. É musica de animação — símbolo de confiança e otimismo. Estilo original” (FONSECA, Álvaro. *AMAPÁ*. 6 de agosto de 1949). Destaca-se também, que o Marabaixo cantado por Gonzaga foi o começo da estilização da dança e do ritmo negro.

A utilização do Marabaixo pelo acordeonista era sempre divulgada pela imprensa oficial local com o objetivo de mostrar que o governo territorial valorizava a manifestação cultural amapaense. Deste modo, esta imprensa propagava a ideia de que esta cultura ganharia espaços nas grandes cidades brasileiras, e assim ganharia também apoio da comunidade local:

O major Janary Nunes, a quando de sua recente viagem ao Rio de Janeiro acompanhado do deputado Coaracy Nunes, dr. Carlos Leite e do dr. Aderbal Melo, à noite, após assistir o programa em que foi focalizado o ritmo macapaense, agradeceu pessoalmente o trabalho que vem sendo realizado por Luiz Gonzaga, não escondendo, contudo, a certeza de que o Marabaixo brevemente estará nas buates da Maravilhosa. (AMAPÁ. 19 de julho de 1952)

Outra ação do governo territorial destinada ao Marabaixo foi o apoio para o lançamento do livro de Nunes Pereira *O Sahiré e o Marabaixo*, publicado em 1951. Nunes Pereira era etnólogo e viajou pela Amazônia por quase 40 anos. No ano de 1949, veio para Macapá e, segundo ele, o objetivo de sua viagem era de: “inteirar dos rumos sociais, culturais e econômicos que esta futura região vem tomando, sob orientação criteriosa e dinâmica e, ao mesmo tempo, estudar como dança popular— o Marabaixo e pesquisar outras sobrevivências culturais”. (*AMAPÁ*. 25 de junho de 1949)

Com o apoio do governo territorial, o livro foi lançado com o objetivo de criar um auditório para exibir e conservar a dança do Marabaixo e do Sahiré (*AMAPÁ*. 19 de Julho de 1952). Todavia, este objetivo não foi alcançado. Entretanto, vale destacar que este foi um

trabalho de grande contribuição para o conhecimento das manifestações culturais do Amapá. Pois, além de ter sido um trabalho pioneiro, trouxe impressões acerca do Marabaixo e Sahiré no final da década de 40 que ajudam os trabalhos de pesquisadores da cultura local.

Percebe-se nesse período, que a proximidade entre Janary Nunes e Julião Ramos além de ajudar no remanejamento das famílias do centro histórico de Macapá, trouxe mais visibilidade para o Marabaixo do Lagunho. Os visitantes do recém-criado território visitavam o bairro negro para conhecer a tradicional dança afro-brasileira praticada na casa do mestre Julião Ramos.

Falar da relação entre Marabaixo e Estado no período Janary é relevante no sentido de percebermos a primeira interação desses praticantes com o poder público e as mudanças na festa, decorrentes dessa relação.

IGREJA CATÓLICA E MARABAIXO

Com a chegada dos primeiros missionários do Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras (PIME) em 1948, a cultura negra local (CANTO, 1998: p. 28). Para os missionários, o Marabaixo era uma manifestação popular profana e imoral, que devia ser combatida. Antes da represália da Igreja Católica, o Marabaixo era realizado na frente da Igreja de São de José de Macapá, como relembra Dona Josefa:

Quando a gente ia, os homens que iam buscar o mastro, eles iam na porta da igreja, todo eles com a toalha, o chapéu na cabeça, um ramo do lado do chapéu, e o mastro nas costas. Chegavam lá arriavam o mastro lá, iam brincar de capoeira. E o sino batia, era aquela animação [...]. Quando era quarta feira era aquela mulherada bonita. Chegando na porta da igreja a gente pegava o ramo dançando, cantando e saudando.

Segundo Dona Josefa, chegou um tempo em que os padres não deixavam os marabaixeiros entrarem na Igreja. E um dos episódios que marcou a história dessa relação foi a quebra da coroa do Divino Espírito Santo pelo vigário belga padre Júlio Maria Lombaerd, que na época causou grande revolta nos marabaixeiros e fiéis do santo. (CANTO, 1998: p.26)

Para efetivar a repressão, em 1950 o primeiro bispo de Macapá D. Aristides Piróvano condenou as festas religiosas populares através de uma carta pastoral. E ainda, criaram um periódico que massificava as ideias cristãs e condenava todas as demais formas de manifestações religiosas que contrariassem a ética eclesial (OLIVEIRA, 2012: p. 114). Mesmo assim, Julião Thomaz Ramos, que fazia parte da Irmandade do Sagrado Coração de

Jesus, continuou a praticar e a realizar as festas de Marabaixo, e por sua resistência, a Igreja decidiu expulsá-lo da Irmandade.

As ações da Igreja Católica provocaram uma série de mudanças na organização do ciclo do Marabaixo. A festa passou a ser realizada na casa dos festeiros, a capoeira, que era jogada na frente da Igreja de São José, deixou de existir, e o local em que a murta era apanhada foi modificado.

Piedade Videira (2009: p. 189) afirma que a relação entre a Igreja e o Marabaixo começou a mudar a partir do momento em que as igrejas passaram a ser comandadas por padres amapaenses, como o Pe. Aldenor Benjamin dos Santos e Pe. Paulo Roberto. Mas, recentemente, os marabaixeiros da Associação Raimundo Ladislau tiveram um conflito com o padre da Igreja São Benedito. Segundo Daniela Ramos¹⁰, eles tiveram que resistir para manter as tradições e realizar a festa:

em 2010, a gente teve problema lá no Laguinho com um padre italiano, que era o Giovanni Pontarollo, que não queria que a imagem fosse pra igreja. E a gente relutou, foi pra mídia, foi pra imprensa, procurou o bispo e agente conseguiu inclusive, tirar ele da igreja, voltar lá pra Itália dele, e o Marabaixo venceu. (INFORMAÇÃO VERBAL)¹¹

Joaquim Ramos¹² ao relembrar desse momento afirma: “o Marabaixo tem a parte folclórica, tem a parte religiosa, porque eles deixaram de respeitar isso, simplesmente era ordem do padre não aceitar e acabou, e não era assim” (INFORMAÇÃO VERBAL)¹³. Ou seja, ainda hoje os marabaixeiros lutam para que a Igreja aceite o modo em que eles expressam a sua devoção ao Divino Espírito Santo e a Santíssima Trindade.

Para melhorar esta relação, o Estado através da Secretária Extraordinária de Políticas para o Afrodescendente (SEAFRO)¹⁴, criou o projeto *Cortejo da Murta*, que objetiva

¹⁰ Daniela Patrícia da Silva Monteiro tem 31 anos. É bisneta de Julião Thomaz Ramos e neta de Benedita Guilhermina Ramos – a Tia Biló. Presidiu a Associação Folclórica Raimundo Ladislau do ano de 2004 à 2013. Além de sua participação na organização do ciclo do Marabaixo, Daniela Ramos canta e compõe ladrão de Marabaixo.

¹¹ Daniela Silva. *Entrevista realizada no dia 27 de Junho de 2013.*

¹² Joaquim Ramos da Silva, mais conhecido como “Munjoca, tem 60 anos e é filho da Tia Biló. Foi criado pelo Mestre Julião grande referencial do Marabaixo do Amapá. No ciclo do Marabaixo se dedica ao toque das caixas que embalam a festa.

¹³ Joaquim Ramos da Silva. *Entrevista realizada no dia 09 de Julho de 2013.*

¹⁴ A SEAFRO foi criada através do Decreto Governamental nº 1441 que culmina com a lei 0811 de 20 de fevereiro de 2004. A finalidade da instituição é “formular e coordenar políticas afirmativas que garantam a igualdade e a proteção dos direitos para os afrodescendentes e exercer outras atribuições correlatas” (Art. 18, inciso II, Dec. Nº 1441/2004).

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

14

“resgatar a essência histórica da cultura do Marabaixo que era desenvolvida até a década de 40” (SEAFRO, 2013: p.6). Laura Silva¹⁵ relata como foi a criação desse projeto:

hoje temos o encontro das bandeiras que era feito na frente da igreja. Hoje nós temos a Seafro pelo segundo ano, resgatando o cortejo da murta. Que era uma manifestação que já acontecia na década de 40, quando o Pe. Júlio disse que já não podia mais se misturar a igreja com o Marabaixo. E hoje, o Pe. Lourenço em uma conversa com a secretaria da Seafro, surgiu essa ideia de fazer o resgate desse momento. Fizemos 2012 e 2013 também aconteceu [...] eu falo dos marabaixeiros, hoje tem essa relação igreja/Marabaixo, Marabaixo/igreja, bem melhor do que na década de 40. (INFORMAÇÃO VERBAL)¹⁶

No dia 19 de Maio de 2013 o cortejo da murta idealizado pela SEAFRO foi realizado com a participação de 20 grupos culturais do Amapá e um grupo de Saint-Georges de L'Oyapock. O cortejo saiu da frente da Casa do Artesão e seguiu até a Igreja de São José, onde a murta e a coroa receberam a benção do Pe. Aldenor Benjamim. Além disso, foram oferecidas oferendas ao Divino Espírito Santo e a Santíssima Trindade, em agradecimento ao trabalho, à vida, à saúde e à boa colheita do ano.

Mesmo que essa iniciativa busque retratar os momentos em que o Marabaixo era praticado na frente da Igreja de São José, sabe-se que não se pode revivê-lo da mesma forma em que era feito na década de 40. Pois como afirma Geneviève Bollème:

A obra popular só existe no momento em que se produz; e só se transmite “de interprete a interprete”. É essa cadeia de interpretes que faz da obra folclórica uma “criação continua na qual cada narrador é autor, conquanto alguns sejam mais criadores que outros”. É essa “constante recriação”, assim como a mistura das criações individuais ou o seu desaparecimento, que faz a obra parecer ao mesmo tempo sempre semelhante e sempre nova. (BOLLÈME, 1988: p.169)

Para Bollème (1988: p.169), a dificuldade dos estudiosos é pensar em termos de fluidez, o ocasiona a busca por um texto ideal ou a procurar por um original. Entretanto, o autor afirma, que cada performance é um original. Por isso, ao pensarmos no objetivo do projeto *Cortejo da Murta*, entendemos que não se pode reviver o ciclo do Marabaixo da mesma forma em que se festejava nos anos 40, pois a cada ano, os festejos se expressam de uma maneira nova e singular. No entanto, a realização do projeto oferece um momento de

¹⁵ Laura Cristina da Silva tem 39 anos, e é mais conhecida como Laura do Marabaixo. É neta de Tia Biló e bisneta de Mestre Julião. Laura compõe ladrão de Marabaixo, toca, canta e dança. Além disso, trabalha na Secretária Extraordinária de Políticas Públicas para Afrodescendentes – SEAFRO, onde realiza varias atividade de valorização da cultura do Marabaixo e do Batuque. Entre seus trabalhos está o Projeto “Marabatuques” que visa levar a dança do Marabaixo e do Batuque para as escolas do município de Macapá.

¹⁶ Laura Cristina da Silva. *Entrevista realizada no dia 18 de Junho de 2013.*

união entre os grupos de Marabaixo de todo o Estado, e proporciona maior visibilidade da cultura negra amapaense.

Enfim, o Estado e a Igreja durante a década de 40 tomaram decisões que impactaram a comunidade negra e suas manifestações culturais. Contudo, as represálias da Igreja fizeram com que o Marabaixo passasse por um momento de enfraquecimento e dificuldade para sua realização. Atualmente, a festa do Ciclo do Marabaixo em Macapá, realizada nos bairros do Laguinho e Favela, representa uma forte manifestação cultural dos negros amapaenses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOLLÉME, Geneviève. **O povo por escrito**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- CANTO, Fernando. **A água benta e o diabo**. 2. ed. Macapá: FUNDECAP, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural o direito à cultura**. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- COSTA, Jean Henrique. Luiz Gonzaga: entre o mito da pureza musical e a indústria cultural. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, N° 130, p. 135-146, Março de 2012. Disponível: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/14450/8836>. Acesso em 11 de setembro de 2013.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política**: A dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.
- GOMES, Ângela de Castro; MATTOS, Hebe Maria. **Sobre apropriações e circularidades**: memória do cativo e política cultural na Era Vargas. *História Oral*. 1, 1998, p. 121-143.
- LOBATO, Sidney da Silva. **A cidade dos trabalhadores**: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1994-1964). São Paulo, SP, 2013, 239 f. Tese (doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, USP.
- _____. **Educação na fronteira da modernização**: a política educacional no Amapá (1944-1956). Belém: Paka-Tatu, 2009.
- MACIEL, Alexsara de Souza. **“Conversa amarra preto”**: a trajetória histórica da União dos Negros do Amapá: 1986-2000. Campinas, SP. 2001, 181f. Dissertação (mestrado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.
- NUNES, Janary. (org.). **Confiança no Amapá**: impressões sobre o território. 2ªed. Brasília: Senado Federal, 2012.

OLIVEIRA, M.S.S. **Marabaixo**: memoria y urbanización de un ritual de selva. Barcelona, BCN, 2012, 286f. Tesis (Doctorado en Antropología Social y Cultural), Universidad de Barcelona.

REIS, Arthur César Ferreira. **Território do Amapá**: perfil histórico. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá**: da autonomia territorial ao fim do janarismo -1943 a 1970. Macapá: Editora Gráfica O DIA S.A., 1998.

VIDEIRA, Piedade Lino. **Marabaixo, dança afrodescendente**: significando a identidade étnica do negro amapaense. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

FONTES

Discurso de improviso agradecendo o banquete oferecido em Guaíra, no Território de Ponta Porã, a 27 de Janeiro de 1944. Disponível: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1944/03.pdf/download>. Acessado no dia 15 de Agosto de 2013.

Secretaria Extraordinária de Políticas para o Afrodescendente

AMAPÁ (Estado). Secretaria Extraordinária de Políticas para o Afrodescendente. *Projeto Cortejo da Murta*: Macapá, 2013. 12p

Biblioteca Elcy Lacerda

CUNHA, Álvaro. O velho Julião. *Amapá*. Macapá, 14 de Janeiro de 1950, p. 3, N° 253.

CUNHA, Álvaro; NEVES, João. Apresentação do Marabaixo. *Amapá*. Macapá, 01 de novembro de 1952, p.1, n° 398.

FONSECA, Álvaro. A música popular amapaense. *Amapá*. Macapá, 6 de agosto de 1949, p. 2, N° 230.

MEDEIROS, Floriano. O Amapá e o seu administrador. *Amapá*. Macapá, 3 de Fevereiro de 1946. P.01, n°46

Esteve em Macapá Luiz Gonzaga. *Amapá*. Macapá, 07 de maio de 1949, p. 01, N° 217.

Luiz Gonzaga homenageia o Sr. Capitão Janary Gentil Nunes. *Amapá*. Macapá, 25 de junho de 1949, p.2, N° 224.

O Dr. Nunes Pereira concede uma entrevista ao Amapá. *Amapá*. Macapá, 25 de junho de 1949, p. 1-6, N°224.

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

17

O Marabaixo aparecerá brevemente nos mais elegantes salões de danças. *Amapá*. Macapá, 19 de julho de 1952, p.1, N° 383.

O Sr. Capitão Janary Gentil Nunes. *Amapá*. Macapá, 25 de junho de 1949, p.2, N° 224.

Será construída a “Casa do Marabaixo”. *Amapá*. Macapá, 19 de Julho de 1952, p 1, N°383.